

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FSC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Deputados definem Comissões

Representando 15 áreas distintas, grupos técnicos têm a função de analisar a constitucionalidade e o interesse público das propostas antes da apreciação em Plenário. PMDB e PSDB, respectivamente, permanecem no comando da CCJ e Finanças

Páginas 6 e 7

Projeto da Serra do Tabuleiro será votado dia 4

Jonas Lemos Campos



Nas galerias, representantes de movimentos sociais, moradores e empresários se manifestaram com faixas favoráveis e contrárias ao projeto que cria o mosaico do parque

Página 8

Comunidade do Baú quer ajuda parlamentar

Miriam Zomer



Reunidos com deputados, moradores da região atingida pela chuva pedem socorro

Página 9

Lançada Campanha Moradia Digna em SC

Alberto Neves



Sessão divulga movimento para aprovar dotação orçamentária para habitação

Página 3

Prisão de suspeitos de atentado em Camboriú repercute em Plenário

Página 9

Código Ambiental é uma das prioridades

Santa Catarina vive hoje com um grande conflito ambiental, especialmente quando se refere ao trabalho de setores ligados à terra, como a agropecuária, suinocultura, extração de madeira, pesca, maricultura e outros. O desafio é a compatibilidade entre crescimento econômico e preservação ambiental, extremamente importante. Eis aí a questão da sustentabilidade em nosso Estado, pois recentemente vivenciamos catástrofes de proporções nunca antes vistas e isso nos põe a refletir seriamente sobre a legislação em vigor e o que precisa ser alterado.

A matéria sobre o Código Ambiental é polêmica, sem dúvida, pois objetiva sistematizar as normas jurídicas estaduais e facilitar sua consulta, conhecimento e aplicação, visto que até hoje Santa Catarina não tem uma legislação adequada ao seu perfil sócio-econômico e cultural. Especialmente na questão agrícola, Santa Catarina tem características diferentes

dos demais Estados brasileiros por ter milhares de pequenas propriedades rurais e com grande volume de produção. Isso nos coloca em patamares econômicos de expressão nacional. Prova disso é a balança comercial catarinense, onde o primeiro item de exportação é a carne de frango, sem falar na suinocultura ou no setor extrativista e tantos outros setores que fazem de Santa Catarina um dos melhores estados para se viver.

É essencial neste momento de decisões importantes, que a Lei seja muito bem estudada, adaptada à nossa realidade, para que as atividades que impulsionam a economia não sejam prejudicadas. A nova Legislação Ambiental precisa ser enérgica e aplicável para garantir a sobrevivência das pessoas e da produção, respeitando os princípios básicos de preservação e conservação de tudo o que envolve os recursos naturais, onde neste aspecto, nosso Estado foi privilegiado.

No ano passado, a Assembléia Legislativa de Santa Catarina percorreu todo o Estado promovendo uma série de audiências públicas para ouvir a comunidade. O resultado disso foi a construção de um amplo projeto de lei que está tramitando nas comissões da Assembléia e que este ano deverá ir à votação. Essa nova lei que precisa ser votada é de importância vital no aspecto legislativo. Santa Catarina não pode deixar seus agricultores vivendo à margem da lei. Trabalhar para que a vida das pessoas fique melhor, esta é a nossa missão enquanto parlamentar. E com certeza todos nós teremos o cuidado e a responsabilidade que exige a votação do Código Ambiental, para reduzir impactos ambientais e garantir a sustentabilidade produtiva. A sociedade espera respostas.

**Deputado Gelson Merísio
(DEM)**

**Primeiro vice-presidente da
Assembléia Legislativa**

Harmonia e agilidade na condução do Legislativo

Minha participação na Mesa da Assembléia Legislativa só aumenta minhas responsabilidades com a sociedade catarinense, como representante do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e na qualidade de deputado.

Aceitei a indicação da bancada com a missão de auxiliar o presidente do Legislativo catarinense e os outros integrantes na condução e execução das políticas e ações administrativas que preservem a lisura, a harmonia e autonomia nas relações com os outros Poderes e seus fiscalizadores, como o Ministério Público e o Tribunal de Contas.

Garantir a liberdade de manifestação dos deputados e a dinâmica dos trabalhos legislativos é essencial, bem como manter, sempre, as portas da Casa

abertas à participação dos que sustentam toda esta estrutura e a quem ela efetivamente deve servir: o cidadão catarinense.

Ao assumir a cadeira da vice-presidência, coloquei à disposição do presidente Jorginho Mello minha experiência no Executivo, de quando fui prefeito de Rio do Sul, e de empresário que sou, com o objetivo de dar maior dinamicidade às atividades do Poder Legislativo catarinense, que, é preciso ressaltar, tem sido exemplo para o Brasil, seja na condução administrativa, seja quanto aos acordos celebrados entre os partidos que aqui estão representados para responder com eficiência às demandas do nosso estado. Além disso, o exercício da Medicina por mais de 25 anos, gravou fundo em minhas convicções a certeza de que não

podemos, jamais, tratar seres humanos como se máquinas fossem. E isso, esta concepção, é fundamental para que esta Assembléia tenha, tanto com seus servidores, tanto com os cidadãos, atitudes condizentes com sua real natureza.

As divergências partidárias, ideológicas ou aquelas nascidas do cotidiano da convivência, sempre existirão, mas, o mais importante é trabalharmos para superá-las, diariamente, na busca pelo entendimento e por resultados que tragam reais benefícios aos catarinenses. Contem comigo para esta empreitada! 13 Abraços!

**Deputado Jailson Lima da Silva
(PT)**

**Segundo vice-presidente da
Assembléia Legislativa**



Coro di Belluno fez duas apresentações em Florianópolis

Coral italiano ajuda catarinenses

O secretário de Estado do Turismo, Cultura e Esporte, Gilmar Knaesel, recebeu do secretário de Estado para o Fluxo Migratório da Região Italiana do Vêneto, Oscar de Bona, os recursos financeiros destinados às famílias de italianos em Santa Catarina, conforme havia se comprometido ao percorrer as áreas atingidas pelas enchentes, no mês de dezembro último.

As apresentações do Coral das Montanhas de Belluno em Florianópolis foram realizadas pela Secretaria do Turismo, Cultura e Esporte em parceria com o governo da Itália, "Regione del Veneto", que custeou as passagens aéreas

e a vinda dos artistas, informou Álvaro Preis Bortolotto, representante do Circulo Ítalo-Brasileiro.

Os integrantes do Coro di Belluno, que contou com a participação especial de Pio Sangrillo, fizeram duas apresentações, uma no Costão do Santinho e outra na reforma da Catedral Diocesana de Florianópolis. Os espetáculos marcaram o encerramento das exposições de 40 corais realizadas na Itália durante o período de festas, em dezembro e janeiro, com o objetivo de arrecadar doações financeiras às famílias de descendentes de italianos castigados pelas enchentes em Santa Catarina.

Arte de bilro no Legislativo

Uma exposição baseada na arte do bilro aplicado da artista plástica Kátia Cúrcio pode ser vista na Galeria de Arte Meyer Filho até o dia 27. A arte de Cúrcio valoriza o ofício de nossas rendeiras em um trabalho moderno, abstrato e multicolorido, utilizando uma téc-

nica mista de aplicação da renda sobre a tela com figuras geométricas simétricas e assimétricas.

Dependendo do tipo de renda, a quantidade de bilros varia entre 15 a 40 pares e a beleza do trabalho depende da habilidade artística de cada rendeira.

[AGENDA]

• **Dia 26, 19 horas** - Sessão Solene em homenagem aos 40 anos da Cooperativa do Rio do Peixe (Coperio)
Local: Teatro Alfredo Sigwalt, rua Roberto Trompowsky s/nº. Joaçaba

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada De Luca (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomet, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Fotos: Alberto Neves



Requerida pelo deputado Manoel Mota, solenidade deflagrou trabalho no estado para colher 50 mil assinaturas a favor da aprovação de mudança na Constituição Federal

Campanha Moradia Digna é lançada em SC para reduzir déficit habitacional

Movimento quer garantir, através de proposta de emenda constitucional, recursos orçamentários para setor

Scheila Dziedzic

Uma sessão especial marcou, dia 18, o lançamento em Santa Catarina da Campanha Nacional "Moradia Digna – Uma prioridade social". Requerida pelo deputado Manoel Mota (PMDB), a solenidade reuniu diversos secretários municipais de habitação e teve a participação da presidente da Cohab (Companhia de Habitação de Santa Catarina), Maria Darci Mota Beck.

A campanha pretende colher 1 milhão de assinaturas no país favoráveis à Proposta de Emenda Constitucional (PEC 285/08), que destina, por um período de

30 anos ou até a eliminação do déficit habitacional, um mínimo de 2% de recursos do Orçamento da União, 1% dos estados e 1% dos municípios para subsidiar o acesso à habitação das famílias de baixa renda. A PEC já tem apoio de 189 deputados federais.

Um comitê deverá ser instalado no estado e contará com a participação efetiva da Cohab, da Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Construção, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, das Associações de Comerciantes de Material de Construção e União Nacional/Sul Por Moradia Popular.

Para Manoel Mota, o objetivo da solenidade foi oficializar o engajamento de Santa Catarina na causa. "Vamos propiciar o debate da questão da política pública de habitação". Para que a campanha alcance seus objetivos estão sendo buscadas 1 milhão de assinaturas e Santa Catarina está comprometida com pelo menos 50 mil assinaturas para o abaixo-assinado que solicita a votação da Proposta de Emenda Constitucional.

Diversos movimentos sociais e populares se uniram em torno da proposta. A idéia é eliminar as inadequações habitacionais que violam os direitos humanos e sociais básicos do cidadão.

Cohab inicia coleta de assinaturas no estado

A presidente da Cohab, Maria Darci Mota Beck, destacou a importância do recolhimento das assinaturas pela votação da matéria no Congresso Nacional. Ela explicou que no estado nenhuma entidade havia se habilitado para realizar a campanha.

"Por isso resolvemos assumir esse papel. Vimos uma grande importância nesta ação. Se conseguirmos estes recursos e se eles forem bem aplicados, em 30 anos o problema da moradia poderá ser resolvido", disse.

De acordo com Maria Darci, em seis anos à frente da Companhia de Habitação foram construídas 12 mil casas. "Só não foi feito mais porque não existe viabilidade orçamentária. Se houver esta garantia constitucional, o problema da falta de moradia estará bem próximo de uma solução", comentou.

Afinado com a campanha, o deputado Manoel Mota fez um retrato da situação habitacional, justificando a importância da proposta.

"Num país com uma necessidade de moradia adequada para 8 milhões de famílias e para mais de 200 mil em Santa Catarina, é justo que busquemos mecanismos que garantam recursos

permanentes para habitação, assim como ocorre com a saúde e a educação. A moradia, além de representar um direito social constitucional, com certeza vai propiciar a melhoria da qualidade de vida das famílias e sua efetiva inclusão social, gerando uma redução de gastos com programas de saúde e educação", observou o deputado.

Constituição

O deputado petista Décio Góes também enfatizou a importância do movimento para consolidar a questão da moradia digna como uma política pública de habitação. "Precisamos continuar investindo no setor para nos livrarmos do déficit habitacional. Moradia é um direito do cidadão garantido pela Constituição e tem que ser respeitado".

Já para o líder do PSDB, deputado Serafim Venzon, a moradia é uma questão muito significativa, uma vez que trata-se de um componente da identidade da pessoa. "É na família que buscamos a mais importante identidade social, que está vinculada ao nome e ao endereço", comentou.



Movimentos sociais e populares estão engajados na luta pelo respeito ao direito constitucional de moradia digna

INSTITUCIONAL

Bacia do Uruguai recebe diagnóstico

Programa Pró-Rio Uruguai, executado através de um acordo internacional, é entregue ao presidente do Legislativo

Graziela May Pereira

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB) recebeu, dia 10, do secretário executivo do Programa Pró-Rio Uruguai, Victor Hugo Bicca, o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região da Bacia do Uruguai. O relatório traz informações econômicas, sociais e ambientais de toda a região abrangida. A região faz parte do Aquífero Guarani, maior reserva subterrânea de água doce do mundo.

O Programa Pró-Rio Uruguai é executado através de um acordo internacional que envolve Santa Catarina e Rio Grande do Sul, financiado em parte pelo Fundo Fiduciário Japonês por intermédio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). "O financiamento de US\$ 1,2 milhão tem a contrapartida de R\$ 750 mil de cada estado. E agora os 155 municípios da região do Aquífero Guarani no estado saberão quais seus pontos fracos e suas poten-



Presidente do Legislativo e deputados Renato Hinnig e Décio Góes analisam estudo econômico, social e ambiental

cialidades", disse Bicca.

Na primeira quinzena de fevereiro, será realizada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) a segunda

parte do programa, a elaboração do plano com a orientação de especialistas. Estruturado em quatro pilares, o plano abrange o Diagnóstico, o Plano Estratégico,

a Articulação Nacional, Estadual e Municipal e os mecanismos de monitoramento para aferição de resultados e desempenho.

Conforme o presidente do Fó-

rum Parlamentar Pró-Rio Uruguai e Aquífero Guarani, deputado Renato Hinnig (PMDB), o documento é fruto de todo o trabalho realizado pela Assembléia Legislativa desde 2003. "Agora é preciso fazer a divulgação do documento", concluiu.

Como resultado do encontro, Jorginho sugeriu que o diagnóstico seja apresentado a todos os prefeitos e gerentes de desenvolvimento sustentável de cada município em forma de seminário. "Vai ser a melhor maneira de todos tomarem conhecimento do documento. É o momento de desenvolver o que já foi feito", falou.

Também presente no encontro, o deputado Décio Góes (PT) disse que é preciso sensibilizar todos os prefeitos em relação ao diagnóstico. "É preciso que os dados coletados sejam utilizados. Isso não pode ficar na gaveta. Temos que dar um uso sustentável ao nosso maior bem, que é a água", finalizou Décio.

Joaçaba discute perspectivas econômicas

O Clube Cruzeiro, em Joaçaba, lotou na noite do dia 17 para homenagear o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB). O evento, realizado pela Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense (ACIOC) em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Joaçaba (CDL), teve como principal discussão as perspectivas econômicas e políticas para 2009, tema da palestra do parlamentar.

Ivan Zanardo, presidente da ACIOC, destacou que Joaçaba cresce no comércio e na indústria. Atualmente, o município possui um diversificado parque industrial. "Oferecemos aos nossos moradores um razoável nível de vida. Somos fortemente marcados pela localização, o que nos beneficia em relação ao turismo. O município é sinônimo de crescimento". Ele ainda afirmou que a atual crise vivida pelo país vai ser superada e que a cidade conta muito com o apoio do deputado Jorginho.

Já o presidente da CDL de Joaçaba, Miguel Giusti, se declarou honrado em homenagear o parlamentar pela conquista da presidência do Parlamento. "Por unanimidade, Jorginho foi eleito e isso não foi por acaso. Foi resultado de muito trabalho, liderança e per-



Em palestra, deputado Jorginho Mello defendeu projetos de desenvolvimento econômico regional

sistência. Qualidades que sobram em Jorginho Mello".

Crise

Em sua palestra, o presidente afirmou que é impossível abordar economia sem falar da crise mundial. "O Brasil não é exceção e nem Santa Catarina, que registrou, em dezembro, a desativação de quase 30 mil postos de trabalho. Essa nova realidade, acentuada pela catástrofe ocorrida em novembro, também abalou a arrecadação do Estado, que em janeiro ficou

R\$ 64 milhões abaixo do previsto", falou.

O presidente disse que a população de Santa Catarina construiu uma história de superar crises e que vai se levantar de novo. "Joaçaba é um bom exemplo disso. É o terceiro município com melhor Índice de Desenvolvimento Humano no Estado. O oitavo no ranking nacional. Tenho a convicção que todos os catarinenses têm condições de transformar positivamente esse complexo cenário", finalizou.

O trabalho parlamentar em favor da região também foi

lembrado. "Tenho muito orgulho de ser político. Defendo projetos regionais. Tomara que tenhamos força suficiente para colocá-los em prática. Vou lutar muito porque fazemos parte de um estado vencedor".

Também prestigiaram o evento os prefeitos de Joaçaba, Rafael Laske (DEM), e de Herval d'Oeste, Nelson Guindani (PP). "Sei que seremos grandes parceiros na luta pelo crescimento e desenvolvimento da região. Tenho certeza que assim vamos construir não só um município, mas uma região", falou Laske.

Projeto para ampliar Hospital Santa Terezinha

O diretor do Hospital Universitário Santa Terezinha, Adgar Bittencourt, aproveitou a solenidade para entregar um projeto para ampliar a instituição. Com mais de 60 anos, o hospital que em 2008 atendeu cerca de 24 mil pessoas e realizou mais de quatro mil cirurgias, pretende ser o maior da região. "Nos últimos 10 anos nós podemos contar com a sua participação no nosso hospital. Estamos aqui para entregar um projeto de ampliação para que, aí sim, possamos atender a demanda da região".

Adgar completou que muitos atendimentos, inclusive cirurgias oncológicas, não foram realizadas por falta de leitos. "Queremos a inclusão do hospital no Orçamento Regionalizado de 2009", completou. A saúde também foi um dos pontos comentados pelo presidente. "É um projeto arrojado e vamos lutar para que o município seja contemplado com essa benfeitoria. O nosso futuro depende só de nós".

INSTITUCIONAL

Escola do Legislativo vai ampliar cursos

Deputado Joares Ponticelli é reconduzido à presidência da entidade e promete inovações

Solon Soares



Mantido no comando da Escola, Ponticelli vai trabalhar para ampliar o quadro de cursos voltados à formação de agentes políticos, destacando o Programa de Capacitação dos Eleitos em 2008

O deputado Joares Ponticelli (PP) foi reconduzido à presidência da Escola do Legislativo, dia 10, no mesmo dia em que completou 44 anos. À frente da Escola desde 2007, Joares pretende ampliar o quadro de cursos, principalmente aqueles que possam ajudar na formação dos novos agentes políticos.

"Hoje celebro 44 anos e continuo como presidente da Escola do

Legislativo. Isso tudo se completa porque este ano faço 25 anos de carreira no Magistério. Isso é muito gratificante para mim", afirmou o deputado na cerimônia.

Como dado mais positivo de sua presidência, Ponticelli citou o aumento do número de participantes dos cursos oferecidos. Em 2006, foram 24 eventos com 5.175 participantes. Em 2008, foram 139 eventos, chegando a 13.757

participantes. "Graças aos nossos parceiros isso foi possível. Creio que a Escola do Legislativo ainda tem muito que fazer, mas estamos preparados", completou.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), que anunciou a nomeação de Joares ao cargo, destacou a importância da instituição. "A Escola tem prestado um bom serviço, que é trazer o povo ao

Parlamento. Ela dá oportunidade a todos se formarem e aperfeiçoarem os seus conhecimentos. É um símbolo do bom trabalho", disse.

Para 2009, Ponticelli destacou como principais metas o Programa de Capacitação dos Parlamentares Catarinenses Eleitos em 2008 e a continuação de projetos já iniciados, como o Assembleia em Ação. O primeiro trata de encontros que debaterão

temas pertinentes ao cotidiano da atividade do vereador. O outro projeto visa fortalecer a imagem da Assembleia Legislativa com a realização de palestras para idosos, jovens, agentes comunitários e vereadores.

Também estavam na posse os deputados Lício Mauro da Silveira, Sílvio Dreveck e Kennedy Nunes, do PP, e a deputada Professora Odete de Jesus (PRB).

Peninha retoma presidência do Fórum Parlamentar Ítalo-Brasileiro

Após dois anos sob o comando do deputado Décio Góes (PT), o Fórum Parlamentar Ítalo-Brasileiro tem um novo presidente, o deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB). Fundador da entidade em 2003, Peninha foi reconduzido ao cargo, dia 11, na sala de imprensa da Assembleia Legislativa.

Peninha parabenizou o mandato de Décio Góes e declarou que dará continuidade aos trabalhos que estão sendo realizados, principalmente no que se refere à concessão de dupla nacionalidade para os descendentes. "Sou o fundador deste fórum. Além de dar continuidade aos avanços da entidade, planejo colocar novas idéias em prática." Este fórum foi criado



Peninha, fundador do grupo

para estreitar as relações sociais, econômicas e culturais entre Santa Catarina e Itália.

Sob o comando de Góes, o fórum interveio na realização de diversos convênios entre o estado e o país, sendo considerado

uma referência neste segmento. Entre as atividades realizadas pelo órgão está a divulgação das eleições italianas do ano passado, que culminou na eleição de um deputado federal e deu a Santa Catarina o recorde no número de votantes. "Continuo à disposição para ajudar. Ainda deixei coisas pendentes, como a vinda do consulado para o nosso estado", emendou.

O ex-presidente também apresentou como realização importante do seu mandato a realização de uma sessão solene em homenagem à presença vêneta em Santa Catarina. "O vídeo produzido na TVAL sobre a presença deles em nosso estado resultou na produção de dois filmes italianos", comemorou.

Aprovado Fórum para Logística Portuária

O Plenário aprovou, dia 10, a criação do Fórum Parlamentar para tratar da logística portuária. O requerimento nº 25/09, do deputado Serafim Venzon (PSDB), foi referendado por maioria e tem como objetivo desembaraçar questões como transportes e vias de acesso.

A logística portuária não se resume apenas à abertura de canais, mas sim aos pontos ligados aos portos como o transporte, vias de acesso e funcionalismo", disse Venzon. Segundo ele, Santa Catarina tem seis portos e é o segundo estado na movimentação de contêineres.

Contra a criação do Fórum, o deputado Reno Caramori (PP), presidente da Comissão de Transportes, afirmou que já existem



Venzon: desembaraçar transporte

fóruns demais na Casa e que os mesmos estão esvaziando as Comissões Permanentes.

Também votaram contra a implantação do fórum os deputados Décio Góes (PT), Pedro Uczai (PT) e Sílvio Dreveck (PP).

ESPECIAL

Legislativo define composição das Comissões Permanentes

Representando 15 áreas distintas, grupos técnicos têm a missão de analisar projetos, propostas e ações a serem apreciadas em Plenário

Rodrigo Viegas

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), comunicou durante a sessão ordinária do dia 18 a definição dos nomes dos parlamentares que irão compor as Comissões Permanentes da Casa e seus respectivos presidentes. A definição, aguardada para o dia 17, só se consolidou no dia seguinte em virtude dos partidos que compõem a minoria (PDT, PPS, PTB e PRB) não terem chegado a um consenso sobre o nome de quem participaria da Comissão de Constituição e Justiça, uma das

mais importantes do Legislativo. Seguindo o regimento interno do Parlamento, o sorteio apontou o nome do Sargento Amauri Soares (PDT) para a vaga. Para as demais Comissões as bancadas minoritárias chegaram a um entendimento.

Divididas em 15 áreas distintas, as Comissões Permanentes têm função de analisar os projetos, propostas e ações que serão apreciados em Plenário. O regimento determina que as comissões sejam compostas de acordo com o princípio da proporcionalidade das bancadas, cabendo às com menor representação - menos de cinco parlamentares

- um assento em cada comissão. As principais - de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação - serão presididas pelos deputados Romildo Titon (PMDB) e Marcos Vieira (PSDB), respectivamente. Titon preside a CCJ pela segunda vez consecutiva.

Os demais presidentes das comissões serão o deputado Darci de Matos (DEM) na Segurança Pública; Rogério Peninha Mendonça (PMDB) na Agricultura; Pedro Uczai (PT) na Educação, Cultura e Desporto; Renato Hinnig (PMDB) na Relacionamento Institucional, Comunicação e do Mercosul; Jean Kuhlmann (DEM) na de Ética e Decoro Parlamentar;

Manoel Mota (PMDB) na de Trabalho, Administração e Serviço Público; Pedro Baldissera (PT) assume a nova Comissão de Pesca e Aquicultura, a deputada Ana Paula Lima (PT) presidirá Direitos e Garantias Fundamentais; e Odete de Jesus (PRB) encabeça a de Legislação Participativa. Outros quatro deputados mantiveram-se presidentes: Genésio Goulart (PMDB) permanece na Comissão de Saúde; Silvío Dreveck (PP) na de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia; Renato Hinnig (PP) continua na de Transporte e Desenvolvimento Urbano; e Décio Góes (PT) na de Turismo e Meio Ambiente.

Jonas Lemos Campos



Integrantes dos grupos foram anunciados dia 18, após sorteio do representante dos partidos minoritários na Comissão de Constituição e Justiça

Presidentes podem ficar por mais de dois anos

O Parlamento catarinense aprovou no dia 11 o Projeto de Resolução 01/2009, que garante aos deputados presidentes de Comissões Permanentes a oportunidade de manter-se na função por mais de dois anos. A matéria teve aquiescência dos parlamentares presentes, com exceção do líder do PT,

deputado Dirceu Dresch, que se absteve e comunicou que a bancada do partido estava liberada para votar de acordo com o posicionamento pessoal de cada deputado.

Antes da aprovação do projeto de resolução, o regimento interno da Assembléia Legislativa previa que o parlamentar eleito

para o mandato de um ano na presidência de uma comissão só poderia ser reconduzido ao cargo por mais um ano. Com a iniciativa, os parlamentares que presidem as Comissões terão a chance de ser reeleitos quantas vezes disputarem a vaga. A medida é resultado de um acordo de lideranças.

Foi aprovado, dia 17, o Projeto de Resolução nº 02/2009 para adequar os serviços administrativos do Poder Legislativo para o cumprimento da Resolução nº 05/2008, que cria a Comissão de Pesca e Aquicultura na Assembléia. Com isso, a Comissão terá estrutura administrativa equivalente às demais Comissões.

Pesca

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Responsável pela análise de todos os projetos e propostas sujeitos à apreciação em Plenário, a CCJ verifica se as proposições atendem aos requisitos legais, constitucionais e regimentais, permitindo que a tramitação prossiga nas demais comissões de mérito. Também analisa a admissibilidade de emendas constitucionais e medidas provisórias.



Componentes:
Deputado Romildo Titon (PMDB) - Presidente
Deputado Cesar Souza Júnior (DEM)
Deputado Jean Kuhlmann (DEM)
Deputado Marcos Vieira (PSDB)
Deputado Dirceu Dresch (PT)
Deputado Pedro Uczai (PT)
Deputado Joares Ponticelli (PP)
Deputado Herneus de Nadal (PMDB)
Deputado Sargento Soares (PDT)

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Analisa os aspectos financeiros e orçamentários das propostas legislativas para verificar o impacto e implicação na despesa pública e receita do Estado. Também verifica a adequação do Plano Plurianual (PPA) - planejamento de ações administrativas para os quatro anos de governo - a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Estadual de cada ano.



Componentes:
Deputado Marcos Vieira (PSDB) - Presidente
Deputado Darci de Matos (DEM) - Vice-presidente
Deputado José Natal Pereira (PSDB)
Deputado Décio Góes (PT)
Deputado Kennedy Nunes (PP)
Deputado Silvío Dreveck (PP)
Deputado Manoel Mota (PMDB)
Deputado Renato Hinnig (PMDB)
Deputada Professora Odete de Jesus (PRB)

SEGURANÇA PÚBLICA

Trata de assuntos referentes às instituições relacionadas à segurança pública, como a polícia Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e Sistema Prisional.



Componentes:
Deputado Darci de Matos (DEM) - Presidente
Deputado Sargento Soares (PDT) - Vice-presidente
Deputado Nilson Gonçalves (PSDB)
Deputado Pedro Uczai (PT)
Deputado Kennedy Nunes (PP)
Deputado Elizeu Mattos (PMDB)
Deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB)

AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Trata de questões fundiárias e de política agrícola visando o desenvolvimento, planejamento e execução de projetos junto ao setor rural, preocupando-se com



a produção e comercialização dos produtos e, principalmente, com as condições sócio-econômicas dos agricultores.

Componentes:
Deputado Rogério Mendonça (Peninha) (PMDB) - Presidente
Deputado Reno Caramori (PP) - Vice-presidente
Deputado Julio Garcia (DEM)
Deputado Serafim Venzon (PSDB)
Deputado Dirceu Dresch (PT)
Deputado Romildo Titon (PMDB)
Deputado Sargento Soares (PDT)

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

O propósito é garantir o acesso aos direitos constitucionais e legais, bem como as ações que estejam sendo omitidas no amparo à família e à mulher. A comissão também atua propondo programas para a assistência e atendimento em áreas estratégicas às mulheres, idosos, crianças, adolescentes e portadores de deficiência.



Componentes:
Deputada Ana Paula Lima (PT) - Presidente
Deputado Kennedy Nunes (PP) - Vice-presidente
Deputado José Natal Pereira (PSDB)
Deputado Rogério Mendonça (Peninha) (PMDB)
Deputado Genésio Goulart (PMDB)
Deputado Cesar Souza Júnior (DEM)
Deputada Professora Odete de Jesus (PRB)

TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Trata de urbanismo, arquitetura, política de desenvolvimento urbano, transporte, infra-estrutura urbana, saneamento básico e política habitacional catarinense.



Componentes:
Deputado Reno Caramori (PP) - Presidente
Deputado Décio Góes (PT) - Vice-presidente
Deputado Jean Kuhlmann (DEM)
Deputado José Natal Pereira (PSDB)
Deputado Manoel Mota (PMDB)
Deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB)
Deputado Narcizo Parisotto (PTB)

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Trata do sistema educacional do Estado, seja em seus aspectos institucionais, estrutural, funcional ou legal, e de temas culturais e desportivos.



Componentes:
Deputado Pedro Uczai (PT) - Presidente
Deputado Cesar Souza Júnior (DEM)
Deputado Serafim Venzon (PSDB)
Deputado Lício Mauro da Silveira (PP)
Deputado Elizeu Mattos (PMDB)
Deputado Genésio Goulart (PMDB)
Deputado Professor Grandó (PPS)

SAÚDE

Trata da organização institucional do Estado, da política e do processo de atendimento na área.

Componentes:
Deputado Genésio Goulart (PMDB) - Presidente
Deputado Darci de Matos (DEM)
Deputado Giancarlo Tomelin (PSDB)
Deputada Ana Paula Lima (PT)
Deputado Kennedy Nunes (PP)
Deputado Antônio Aguiar (PMDB)
Deputada Professora Odete de Jesus (PRB)



TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Cuida da relações de trabalho, políticas de emprego e organização funcional administrativa do Estado.



Componentes:
Deputado Manoel Mota (PMDB) - Presidente
Deputado Jean Kuhlmann (DEM)
Deputado Giancarlo Tomelin (PSDB)
Deputado Dirceu Dresch (PT)
Deputado Joares Ponticelli (PP)
Deputado Elizeu Mattos (PMDB)
Deputado Professor Grandó (PPS)

ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Cuida da política, sistema de gestão e desenvolvimento dos setores de economia, ciência, tecnologia, minas e energia.



Componentes:
Deputado Silvío Dreveck (PP) - Presidente
Deputado Renato Hinnig (PMDB) - Vice-presidente
Deputado Serafim Venzon (PSDB)
Deputado Pedro Uczai (PT)
Deputado Herneus de Nadal (PMDB)
Deputado Elizeu Mattos (PMDB)
Deputado Professor Grandó (PPS)

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Analisa propostas relacionadas a programas de desenvolvimento e integração econômica, social e cultural com outros estados brasileiros e países, em especial os da América Latina e participantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).



Componentes:
Deputado Renato Hinnig (PMDB) - Presidente
Deputado Nilson Gonçalves (PSDB)
Deputada Ana Paula Lima (PT)
Deputado Lício Mauro da Silveira (PP)
Deputado Elizeu Mattos (PMDB)
Deputado Edison Andrino (PMDB)
Deputado Narcizo Parisotto (PTB)

TURISMO E MEIO AMBIENTE

Trata da construção de políticas de meio ambiente, fiscaliza o cumprimento da legislação e direito ambiental, ações e programas de incentivo e desenvolvimento do turismo.



Componentes:
Deputado Décio Góes (PT) - Presidente
Deputado Renato Hinnig (PMDB) - Vice-presidente
Deputado Cesar Souza Júnior (DEM)
Deputado Marcos Vieira (PSDB)
Deputado Reno Caramori (PP)
Deputado Edison Andrino (PMDB)
Deputado Professor Grandó (PPS)

PESCA E AQUICULTURA

Tem como proposta a atenção aos assuntos relativos à política pesqueira e aquícola, agindo no ordenamento, fomento, incentivo, financiamento, fiscalização e desenvolvimento sustentável das atividades de pesca e aquíicultura.



Componentes:
Deputado Pe. Pedro Baldissera (PT) - Presidente
Deputado Giancarlo Tomelin (PSDB)
Deputado Reno Caramori (PP)
Deputado Edison Andrino (PMDB)
Deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB)
Deputado Darci de Matos (DEM)
Deputado Professor Grandó (PPS)

LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

As iniciativas nascidas fora dos Poderes constituídos, pelo encaminhamento popular ou por entidades civis e representativas, são analisadas pela comissão. Em caso de parecer favorável são transformadas em proposição da comissão e encaminhadas à Mesa.



Componentes:
Deputada Professora Odete de Jesus (PRB) - Presidente
Deputado Julio Garcia (DEM)
Deputado Nilson Gonçalves (PSDB)
Deputado Padre Pedro Baldissera (PT)
Deputado Lício Mauro da Silveira (PP)
Deputado Herneus de Nadal (PMDB)
Deputado Genésio Goulart (PMDB)

ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Zela pelo funcionamento harmônico e imagem do Legislativo, atuando na preservação, pela dignidade e decoro do mandato parlamentar. Funciona em observância a preceitos regimentais, legais e constitucionais aplicáveis aos deputados em suas ações.



Componentes:
Deputado Jean Kuhlmann (DEM) - Presidente
Deputado Serafim Venzon (PSDB)
Deputado Pe. Pedro Baldissera (PT)
Deputado Kennedy Nunes (PP)
Deputado Joares Ponticelli (PP)
Deputado Antônio Aguiar (PMDB)
Deputado Manoel Mota (PMDB)
Deputado Romildo Titon (PMDB)
Deputada Professora Odete de Jesus (PRB)

PLENÁRIO

Carlos Kilian



Representantes de movimentos sociais, moradores e empresários lotaram as galerias do Plenário Osni Régis para acompanhar discussão da matéria encaminhada pelo Executivo

Projeto do Mosaico da Serra do Tabuleiro será apreciado dia 4 em Plenário

Proposta que reavalia e define limites do parque acirra ânimos na sessão ordinária do dia 17

Rodrigo Viegas

O polêmico Projeto de Lei nº 347/2008, que reavalia e define os atuais limites do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu e cria o Fundo Especial de Regularização, Implementação e Manutenção do Mosaico, acirrou os ânimos na sessão ordinária do dia 17, na Assembléia Legislativa.

O projeto, encaminhado ao Parlamento pelo Executivo em regime de urgência, foi alvo de um acordo de lideranças na semana passada, para ser votado em 4 de março.

Representantes de movimentos sociais, moradores e empresários lotaram as galerias da Casa para ouvir o debate em torno da matéria.

Os deputados mais enfáticos na defesa do PL foram o progressista Joares Ponticelli e o tucano Marcos Vieira. Ponticelli se disse preocupado com "os interesses que estão por trás dos movimentos contra a proposta". O deputado declarou que está do lado do povo de Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz e Garopaba. "Enquanto a população espera há mais de 30 anos pela regularização de suas terras, representantes de organizações não-governamentais com interesses obscenos tentam se articular contrariamente".

O deputado Marcos Vieira, por sua vez, lembrou passo a passo a tramitação da matéria na Assembléia. Vieira destacou que quando do envio do projeto foi nomeado relator e propôs, devido ao pedido de urgência do Executivo, que todas as comissões de mérito avaliassem conjuntamente o PL, "para que ninguém alegasse desconhecimento", justificou. Segundo ele, "todas as comissões aceitaram, com exceção da Comissão do Meio Ambiente, presidida pelo deputado Décio Góes (PT), o que acarretou no atraso da votação". O tucano ainda citou as audiências públicas realizadas para debate em Palhoça e Santo Amaro e disse ser "inadmissível a espera de 34 anos por parte da população que vive naquela área para um entendimento".

Plantas

Já o deputado Décio Góes, com postura mais cautelosa sobre o PL, alegou que o Fórum destinado a debater o assunto foi atropelado pelo Executivo, que enviou uma proposta diferente daquela que vinha sendo debatida em reuniões com a comunidade. "Este projeto do governador tem defeitos e inconstitucionalidades e por isso encontrará problemas em caso de aprovação. O limite do parque não tem plantas definidas, o PL

não possui um responsável técnico e o Fundo de Compensação nem existe" afirmou o petista.

Também preocupado com o conteúdo da matéria, o deputado Pedro Uczai (PT) disse que alguns parlamentares têm responsabilidade ética e política e por isso investem no aprimoramento do projeto. Enquanto que o pedetista Sargento Amauri Soares salientou que "é preciso que a comunidade entenda a proposta e nossa obrigação, como parlamentares, é ouvir todos os envolvidos". Soares ainda afirmou que não deseja ser massa de manobra de "um projeto mandado a toque de caixa e que atenda a interesses de grupos econômicos".

SAIBA MAIS

O projeto foi enviado ao Parlamento em novembro de 2008 e aprovado no dia 16 de dezembro pelas comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Agricultura, onde tramitava em regime de urgência. Audiências públicas e reuniões comunitárias foram realizadas para apresentar e discutir o formato de mosaico proposto pelo projeto técnico do governo estadual.

Manifestações favoráveis e contrárias à matéria

Simpatizantes do Projeto de Lei nº 347/08 enfrentaram os manifestantes contrários a sua aprovação. Quem era favorável à matéria pediu para que a votação acontecesse na sessão do dia 17. Representantes de associações e moradores dos municípios acompanharam os discursos de parlamentares gritando palavras de ordem.

Entre os contrários à aprovação do projeto estava Elizabeth Albrecht, moradora da Praia da Pinheira, em Palhoça, membro da Federação das Entidades Ecológicas Catarinenses. Ela participou de cerca de 140 reuniões, em três anos, inclusive as realizadas pelo fórum parlamentar.

Segundo ela, a proposta autoriza a construção de empreendimentos de 12 e de 24 pavimentos em determinadas localidades, embasadas no denominado Mosaico. "Somos contra este projeto que beneficia proprietários de grandes terrenos e incentiva a especulação imobiliária. Discutimos uma proposta desde 2005 e o governo encaminhou, por trás,

um novo projeto. Queremos redefinir os limites do parque sem gerar problemas sociais", declarou.

Entre os defensores da matéria está o presidente do Conselho do Meio Ambiente de Garopaba, Jean Nascimento Pacheco. Ele quer a aprovação da proposição da forma como está ou com emendas. "Desde que resolvam os problemas daquelas comunidades gerados pela falta de regulamentação fundiária que resultou na ocupação desordenada em áreas proibidas. Muitas pessoas, principalmente as que vieram de outros locais, não sabem que ali existe um parque. Se o projeto for aprovado vai dar aporte para a regularização imobiliária", salientou.

Sobre possíveis inconstitucionalidades, Jean acrescentou que cabe aos parlamentares solucionarem as lacunas e os equívocos legais. "Não nos cabe dizer se ele é constitucional. Da forma como o projeto foi apresentado resolve o nosso problema, que é o direito a nossa propriedade." **(Denise Arruda Bortolon)**

PLENÁRIO

Baú pede ajuda do Parlamento

Comitiva quer que Legislativo seja elo entre comunidade e instâncias governamentais

Uma comitiva formada por moradores do Complexo do Baú, região do município de Ilhota, esteve, dia 18, na Assembléia Legislativa pedindo para que o Parlamento seja o elo entre os atingidos pelas enchentes e enxurradas de 2008 e os governos municipal, estadual e federal. O Complexo do Baú compreende seis comunidades, com cerca de mil famílias. Após três meses muitas delas ainda não puderam voltar para lá e as que voltaram passam por diversas dificuldades, como a falta de energia elétrica, telefonia, acesso e assoreamento dos rios.

Uma audiência pública para discutir e apresentar soluções para os problemas mais urgentes foi marcada para o dia 9 de março, às 18 horas, em Ilhota, ainda sem local definido. A presidente da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús, Tatiana

Reichert, moradora do Braço do Baú, exigiu que ações sejam apresentadas nesta audiência. "Nada de concreto foi feito pelo governo federal, as verbas anunciadas não chegaram até os necessitados. Contávamos com uma força-tarefa e a ajuda do exército, ações que não aconteceram", reclamou.

Tatiana relatou que as pessoas que conseguiram voltar para o local estão sem transporte escolar, escola, maquinário para trabalhar na agricultura, telefone, energia elétrica e estradas, entre outras. "Queremos que o governo conceda o auxílio reação para os agricultores. Até agora, ele só é concedido para quem perdeu sua casa, mas muitos agricultores não perderam a casa, mas a plantação", esclareceu.

Conforme a presidente do Fórum Parlamentar Permanente de Solidariedade e Pela Recons-



Jonas Lemos Campos

Em conversa com deputados, moradores pedem ações concretas na região

trução das Cidades Atingidas Pelas Enchentes e Enxurradas de 2008, deputada Ana Paula Lima (PT), questões relacionadas com habitação e agricultura devem ser enfatizadas no encontro. "Vamos cobrar do governo do Estado ações mais

concretas", enfatizou.

Além de Ana Paula, participaram do encontro os parlamentares Giancarlo Tomelin (PSDB), Adherbal Ramos Cabral (PMDB), Cesar Souza Júnior (DEM), Décio Góes (PT), Joares Ponticelli (PP).

PP visita municípios atingidos pelas enchentes

Deputados da bancada do PP na Assembléia Legislativa, liderados por Silvio Dreveck, visitaram o Vale do Itajaí dia 16, percorrendo os municípios atingidos pelas enchentes do ano passado.

O objetivo foi fazer um diagnóstico dos problemas nas áreas rural e urbana, ouvindo moradores, autoridades e lideranças locais. Preocupada com a reconstrução dos municípios, a bancada cobra maior agilidade com relação à liberação dos recursos destinados à recuperação das cidades.

Com um total de 135 mortos e milhares de desalojados e desabrigados, Ilhota foi o município



Dreveck: reengenharia social

mais atingido. Segundo Dreveck, que fez um pronunciamento na tribuna no dia 17, aproximadamente 160 famílias ainda vivem sem a mínima condição de voltar a sua

vida normal. "Apesar do pronto atendimento das autoridades federais, em especial, o dinheiro até agora não veio. Apenas uma verba, de R\$ 1,9 milhão foi destinado ao Fundo da Saúde. Os municípios que não possuem esse Fundo, por exemplo, nem esse recurso podem receber", observou.

De acordo com o parlamentar, serão necessários, aproximadamente, R\$ 31 milhões para recuperar Itajaí. "Falta recuperar escolas, creches e pavimentar ruas, além do Porto de Itajaí, o que acarretou em várias perdas econômicas para o estado. Segundo o superintendente do porto, os problemas causados pelas cheias em um dos três

berços de atracação trouxe muitos prejuízos para a arrecadação municipal. Só o ISS gera, em período normal, de R\$ 120 milhões a R\$ 130 milhões, dos quais, 3% vão para o município. Neste período de crise, o município sente enormemente", comentou.

Dreveck também destacou inúmeros problemas na agricultura, educação e infra-estrutura em vários municípios dessa região. "Os agricultores estão sem condições de sobreviver, já que perderam a safra e também suas moradias. Precisaremos de uma reengenharia social, ou seja, essas pessoas terão que aprender a trabalhar em outra área", observou.

Denúncias de Jarbas ecoam no Parlamento

As declarações do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) veiculadas na imprensa nacional dando conta de casos de corrupção no PMDB e no governo federal tiveram eco no Parlamento catarinense. O deputado Jailson Lima (PT) trouxe o tema ao Plenário, na sessão do dia 17, e criticou o fato do veterano político ter incluído em suas críticas o Partido dos Trabalhadores e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Da mesma forma, os deputados Elizeu Mattos e Moacir Sopelsa (PMDB) manifestaram contrariedade com o modo como o



Jailson: defesa do PT e governo

tema foi abordado pelo senador e o fato de as denúncias, "generalizadas", terem ficado sem esclarecimento.



Andrino: estrutura questionável

Membro do MDB desde 1966 e um dos fundadores do PMDB, o deputado Edison Andrino ocupou a tribuna para enfatizar

que as declarações do senador merecem uma análise profunda por parte de todos que fazem política. "Homem de grande passado, duas vezes prefeito de Recife e duas vezes governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos é uma das poucas referências éticas do PMDB nacional. É preciso valorizar figuras como ele e como o senador Pedro Simon (PMDB/RS), que possuem uma história exemplar. Temos que fazer uma reflexão para que o conteúdo ideológico não se perca por inteiro já que a estrutura partidária que se apresenta é questionável", afirmou.

CURTAS



Professor Grando: retorno

Recondução

O Professor Sérgio Grando, suplente do PPS, foi reconduzido, dia 17, à condição de deputado. O deputado titular, Altair Guidi, licenciou-se para assumir novamente a Secretaria de Estado do Planejamento.

Casas

Santa Catarina receberá a doação de 150 kits para a construção de casas nas regiões atingidas pelas cheias. Numa primeira etapa, serão destinados às regiões do Vale do Itajaí e, em seguida, ao Vale do Araranguá. Os kits são feitos com madeiras aprendidas no estado do Mato Grosso, que detém a custódia deste material.

Informação 1

Três pedidos de informação foram aprovados dia 18. Dois são do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), a respeito de policiais militares submetidos a Inquérito Policial Militar, Processo Administrativo Disciplinar e ou Conselho de Disciplina. O deputado Adherbal Deba Cabral (PMDB) pediu informações sobre subestação da Celesc, em Navegantes.

Informação 2

No último dia 11, a Assembléia Legislativa já havia encaminhado ao Executivo outros três pedidos de informação sobre escolas de Santa Catarina. O primeiro, do deputado Décio Góes (PT), pede explicação dos motivos que impediram o início das aulas na Escola Estadual Melchíades Espindola, em Içara. Os outros dois pedidos, do deputado Joares Ponticelli (PP), solicitam cópia de contratos de obras realizadas na Escola Álvaro Catão, no mesmo município.

PLENÁRIO

Deputados comemoram prisão de suspeitos de atentado em Camboriú

Comissão de Segurança Pública teve atuação destacada realizando audiência pública para cobrar ação policial e punição

A prisão de quatro suspeitos de cometerem dez atentados entre os anos de 2005 e 2007 contra quatro vereadores de oposição em Camboriú, no Vale do Itajaí, foi discutida, dia 10, em Plenário.

Ainda no ano passado, depois de uma denúncia feita pelo ex-deputado e atual prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito (PMDB), e a pedido dos vereadores, a Comissão de Segurança Pública, presidida pelo deputado Dirceu Dresch (PT), solicitou esclarecimentos sobre a atuação de alguns policiais durante a investigação, além de exigir das autoridades da Segurança Pública



Kennedy: prisão temporária

a prisão dos envolvidos.

Conforme o líder do PP, deputado Kennedy Nunes, os membros da comissão ficaram assustados

com o que foi dito pelos vereadores de Camboriú à época. Entre as reclamações, a denúncia de que policiais civis sabiam do atentado e, mesmo assim, omitiram-se de esclarecer os fatos.

Kennedy explicou que a prisão temporária de um dos agressores aconteceu porque ele roubou o celular de um dos vereadores e passou a usar o aparelho.

"O delegado-geral da Polícia Civil, Maurício Eskudlark, salientou que todos os crimes têm motivação política e que os agressores foram contratados por um ex-policia militar que trabalhava como segurança do prefeito na época, Edson Olegário (PSDB)",

reforçou Kennedy, fazendo referência à matéria publicada dia 9 pelo jornal A Notícia.

Com relação às prisões, Dresch disse estar satisfeito, pois parte do trabalho realizado durante o ano passado teve resultado agora. "A atuação conjunta dos deputados da comissão de Segurança Pública contribuiu para a resolução do caso. Agora espero que os culpados sejam punidos", emendou.

Já o deputado Pedro Uczaí (PT) parabenizou a Polícia Civil pela atuação e aguarda a intervenção do Ministério Público para que os suspeitos sejam julgados o mais breve possível.



Dresch: resolução do caso

"Parabéns a Polícia Civil por ter colocado um político como responsável pelos crimes", acrescentou.

Fuga no Cadeião do Estreito alimenta debate



Cesar Souza Júnior: lei

Preocupado com a fuga ocorrida, dia 9, na Central de Triagem de Florianópolis, conhecida como Cadeião do Estreito, o deputado Cesar Souza Júnior (DEM) defendeu, na sessão ordinária do dia 11, lei, de sua autoria, que prevê incentivos por parte do Estado aos municípios que aceitarem a instalação de unidades prisionais.

Para o parlamentar, "os municípios precisam ganhar obras sociais e compensações fiscais em troca. Não pode haver apenas ônus por parte de quem recebe uma unidade prisional, é preciso uma forma de compensação", argumentou o democrata.

No dia seguinte, também apreensivo com a situação dos presídios, o deputado Joares Ponticelli (PP) leu, durante o horário destinado ao seu partido,



Ponticelli: ação imediata

matéria publicada pelo jornalista Moacir Pereira, que afirma: "O sistema prisional administrado pelo governo de Santa Catarina vive um cenário pré-caótico. É, neste verão, o responsável pelos maiores índices de insegurança pública vividos pela população. Agora, não mais só na Grande Florianópolis. Também em Tubarão, Itajaí e Itapema. Depois das 70 fugas do Cadeião do Estreito, também pela porta da frente ganharam liberdade outros 11 detentos da delegacia de Itapema. De acordo com a nova organização política do Estado na área de segurança pública, quem cuida dos presos é a Secretaria de Justiça e Cidadania. É responsabilidade direta do Deap – Departamento de Administração Prisional. Então, ficamos assim: se faltarem agentes prisionais nas delegacias de



Natal: isenção de secretários

Santa Catarina, o secretário de Segurança, Ronaldo Benedet, não tem nada com isso. Os prejudicados que vão se queixar com o secretário de Justiça, Justiniano Pedroso."

Ponticelli ainda criticou a estrutura de ambas as secretarias, "que têm sofrido sucessivos reveses", e exigiu uma ação imediata em relação ao sistema prisional catarinense.

Também demonstrando preocupação com a fuga recorde ocorrida na Capital, o deputado José Natal (PSDB), apesar de isentar ambos os secretários do acontecido, por conta de falha individual em procedimento rotineiro, destacou que o secretário Ronaldo Benedet "tem demonstrado uma postura autoritária e posições fechadas, o que dificulta o diálogo e o encaminhamento de soluções".

Aguiar destaca nova Central da SC Transplantes

A nova sede da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos e Tecidos de Santa Catarina, a SC Transplantes, inaugurada recentemente pelo governo do Estado, foi destacada, dia 11, em pronunciamento pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB).

De acordo com o parlamentar, o investimento marca a história da transplantologia brasileira com média de 16,7 doadores efetivos no estado, atribuindo a Santa Catarina, nos últimos três anos, a liderança em doação de órgãos para transplantes.

Aguiar ressaltou que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) aproveitou a inauguração para lançar o programa "Fila Zero de Córnea", que visa zerar a lista de espera para esse transplante no período de um ano.

"Santa Catarina lidera o ranking de estados com melhor desempenho, e mesmo com o crescimento do percentual de

transplantes no país de cerca de 15% no último ano, a média nacional ainda é de 7,2 doadores efetivos", comentou.

Segundo o parlamentar, o estado quadruplicou nos últimos anos os recursos financeiros destinados à viabilização de transplantes, com investimentos de R\$ 12 milhões.

Isso representa uma economia em escala com reflexos em várias áreas gerando qualidade de vida. "Quem recebe um órgão automaticamente desafoga outros serviços de saúde, como o de diálise", frisou.

Atualmente existem em Santa Catarina 900 pessoas na fila esperando um transplante de córnea, e para vencer o desafio de atender a todos, o programa "Fila Zero", por meio da Secretaria de Estado da Saúde, vai estabelecer várias frentes de ação.

Entre elas, elevar o número de doações de córnea, credenciar três bancos de tecido ocular e duas novas equipes de transplante, com o compromisso contratual de realizar os procedimentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e promover a revisão do grau de dificuldade visual de todos os pacientes em lista, reordenando-os segundo a gravidade de cada caso.

Para o secretário da Saúde, Dado Cherem, a iniciativa é resultado de uma política de Estado que valoriza os transplantes, com capacitação de profissionais e investimentos em hospitais.



Aguiar: zerar a fila de córnea

PLENÁRIO

Jonas Lemos Campos



Deputados da bancada do PT elogiam iniciativa do governo federal, que prevê pagamento de débitos em 20 anos

Renegociação de dívidas de prefeituras com o INSS repercute em Plenário

A renegociação das dívidas das prefeituras com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para pagamento em até 20 anos, ou seja, 240 meses, que faz parte do pacote de medidas anunciadas pelo governo federal motivou manifestações de parlamentares na sessão ordinária do dia 12. Segundo o anúncio, há cerca de R\$ 14 bilhões de débitos de prefeituras para serem negociados. Sem quitar as dívidas, as prefeituras não conseguem emitir uma certidão de débito e, conseqüentemente, não têm acesso aos recursos federais para aplicar em obras e ações nas cidades.

Segundo o deputado Pedro

Uczai (PT), o presidente Lula está tendo o apoio e o aplauso dos prefeitos de todos os partidos, e isso está incomodando alguns políticos do PSDB e do DEM. Ele continuou afirmando que a geração de emprego e renda, o aumento do salário mínimo e a renegociação das dívidas das prefeituras são algumas provas do bom desempenho de toda a equipe econômica do governo e permitem uma ampla conjuntura de resposta à crise. "O governo Lula não é caloteiro, porque todos vão pagar, só que num prazo maior", disse.

O deputado José Natal Pereira (PSDB), por sua vez, atacou

e criticou a posição do governo federal em relação à renegociação. Afirmando que "não é possível fazer demagogia com o aumento salarial", Natal lamentou que "os aposentados continuam sofrendo com a falta de suporte e estrutura econômica".

Na defesa de Lula, o deputado Décio Góes (PT) ressaltou que "é inegável a diferença entre governos passados e o de agora". Conforme ele, a falta dos repasses federais ao longo dos anos provocou aumento das demandas e muitas prefeituras não conseguiram honrar com seus compromissos. "É louvável essa iniciativa", concluiu Góes.

Parlamento lamenta perdas de Venício Tortato e Geovah Amarante

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Jorginho Mello (PSDB), abriu a sessão ordinária do dia 19 informando a morte do ex-deputado estadual Venício Tortato. Como prevê o artigo 91 do regimento interno da Casa, a sessão foi encerrada e o presidente externou o pesar do Poder Legislativo com a perda.

Venício Tortato foi parlamentar na oitava (1975 a 1979) e nona (1979 a 1983) legislaturas, e participou da Mesa Diretora como quarto secretário entre os anos de 1977 e 1978. O ex-deputado, que representou a região Oeste e fez parte da extinta Arena, faleceu na madrugada do dia 19, aos 78 anos, em Florianópolis. O sepultamento foi realizado no cemitério Jardim da Paz.

Liderança histórica

Na semana passada, os parlamentares ficaram consternados com a morte do ex-deputado Geovah Amarante, dia 7, em Joinville.

Muitos deputados foram à tribuna registrar pesar. Eles lembraram a história de vida do homem público - um dos fundadores do PMDB em Santa Catarina - que marcou o partido com lutas e conquistas. Natural de São Francisco do Sul, Amarante conquistou seu primeiro mandato de deputado estadual em 1979.

Permaneceu no Parlamento catarinense por duas legislaturas e foi líder da bancada em 1983. Ligado ao governo Pedro Ivo Campos, o parlamentar foi secretário de Comunicação no período de 1987-1990, e assumiu mais tarde a diretoria da Companhia de Telefonia de Santa Catarina (Telesc).

Entre suas conquistas, Amarante assumiu a liderança do PMDB em Joinville em 1992, e após 12 anos de participação ativa entregou o cargo em 2006. Geovah passou também pela Casan e pelo Besc e, no primeiro governo de Luiz Henrique da Silveira (2003-2006), foi diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

(BRDE). No segundo período do governo do prefeito Marco Tebaldi (PSDB), atuou como presidente do Ipuj (Instituto de Planejamento Urbano de Joinville), seu último cargo público.

"Responsável pela luta contra o regime militar no estado, Amarante era um homem de fidelidade partidária, onde a lealdade aos correligionários foi sua característica mais marcante. Mesmo quando as campanhas projetavam um cenário adverso ao PMDB, mantinha-se irredutível em relação às bandeiras, à defesa de candidatura própria, reagindo à composição que, direta ou indiretamente, enfraqueceriam seu partido", lembrou o deputado Renato Hinnig (PMDB). Na visão dos demais peemedebistas, entre eles Moacir Sopelsa, Adherbal Deba Cabral e Antonio Aguiar, o partido perdeu um grande homem público. "Amarante fortaleceu o partido em Joinville", frisou Aguiar. "Quanto mais o conhecíamos, mais o admirávamos", observou Sopelsa.

[GABINETES]

PRORROGAÇÃO PARA MICROEMPRESAS

O deputado Dirceu Dresch (PT) está encaminhado à federação e às associações de micro e pequenas empresas ofício do Ministério da Fazenda informando que, graças ao apelo feito pelos parlamentares catarinenses, através de moção de sua autoria, foi prorrogado para o segundo semestre de 2009 o pagamento de tributos das microempresas atingidas pelas enchentes e deslizamentos, ocorridos em novembro do ano passado.

O Ministério da Fazenda informa que, atendendo a solicitação dos deputados catarinenses, o Comitê Gestor do Simples Nacional aprovou Resolução CGSN nº 47 que prorrogou os prazos para pagamento dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional aos municípios atingidos. O pagamento dos tributos de novembro e dezembro de 2008, e janeiro de 2009, foram postergados respectivamente para junho, julho e agosto deste ano. Conforme a resolução, a medida abrange as microempresas instaladas nas cidades de Benedito Novo, Blumenau, Brusque, Camboriú, Gaspar, Ilhota, Itajaí, Itapoá, Luis Alves, Nova Trento, Rio dos Cedros, Timbó e Pomerode. Acesso à resolução: <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/resolucao/2008/CGSN/Resol47.htm> (Edson Junkes)

MADEIRA PARA CASAS POPULARES

A notícia de que os desabrigados de Santa Catarina estariam recebendo kits prontos de casas de madeiras enviadas pelo estado do Mato Grosso motivou o deputado Reno Caramori (PP) a sugerir que o mesmo fosse feito pelo governo federal e estadual com a madeira apreendida em Santa Catarina. Segundo Caramori, existe muita madeira apreendida que está, inclusive, apodrecendo sob a tutela das entidades responsáveis pelas apreensões, podendo ser utilizada para a construção de casas para os desabrigados. Diante da afirmativa de Caramori, um deputado da base governista se comprometeu em instituir um fórum legislativo para "ver se existe mesmo esta madeira disponível". (Carlos Paniz)

TECNOESTE EM CONCÓRDIA

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) participou dia 18 com o governador Luiz Henrique, da abertura da 8ª Tecnoeste, Show Tecnológico do Oeste Catarinense, em Concórdia. O evento reúne cerca de 80 empresas e instituições dos setores tecnológicos e de pesquisa, entre as quais a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na Escola Agrotécnica Federal local "A Tecnoeste dá a oportunidade para que agricultores, produtores e empresários tenham acesso às novas tecnologias agrícolas e agropecuárias mundiais", avalia o parlamentar. Sopelsa parabenizou a Copédia e a Escola Agrotécnica pela organização do evento, onde são aguardadas visitas de mais de 10 mil produtores rurais da região. (André Guesser)

RECUPERAÇÃO DE PONTE

A Assembléia Legislativa aprovou indicação do líder do PP, deputado Silvio Dreveck (PP), encaminhada ao governo do Estado, pedindo que seja firmado convênio entre Santa Catarina e o Paraná para a recuperação da ponte localizada no município catarinense de Campo Alegre, no bairro Fundão, na divisa com o município paranaense de Piên.

Segundo Silvio, a ponte, que liga o município catarinense à cidade paranaense, "encontra-se em estado precário de uso, colocando em risco o tráfego naquele local." Lembrou ainda que a ponte é utilizada para o escoamento de inúmeros veículos pesados, sendo fundamental para a interligação econômico-social entre os dois estados. (Assessoria de Imprensa da Bancada do PP)

COMUNIDADE

Foto Divulgação



Com 94,8% da população alfabetizada, Santa Catarina conta com projetos do governo e da iniciativa privada para reduzir problema, que reflete na qualidade de vida da população

A construção da cidadania com letras

Operários ganham oportunidade de aprender a ler e escrever, ou ainda, concluir os estudos

Rose Mary Paz Padilha

Hamilton Souza de Oliveira, 38 anos, casado, pai de três filhos, natural de Serrinha, Bahia. João Carvalho Mercês, 27 anos, solteiro, pai de uma filha, nascido na cidade Baixa, também na Bahia. Além da origem, eles têm outras semelhanças: são operários da construção civil e mudaram para Florianópolis em busca de trabalho, na esperança de conseguir uma boa renda para o sustento dos familiares.

A saudade dos que ficaram no Nordeste não é a maior dificuldade dos dois. Num mundo letrado, onde a escrita e os números estão por toda parte, Hamilton e João hoje têm consciência que a falta de uma educação formal é causa de vários problemas que afetam diretamente suas vidas.

Hamilton chegou a freqüentar a escola quando criança, mas não aprendeu quase nada. Ele é o que se chama de analfabeto funcional – sabe ler e escrever –, mas não consegue, por exemplo, embarcar sozinho em uma linha de ônibus. “Ler uma placa é difícil”, afirmou com certa timidez. João, por sua vez, estudou até a quarta série, mas também aprendeu muito pouco. Trocou a escola pela venda de picolé e amendoim.

Obra aberta

Colegas de trabalho numa obra que está sendo construída no norte da Ilha, em meio a tijolos, ferro, cimento, brita e caixarias, nossos personagens dessa história real começam a fazer planos. Um dos desejos de Hamilton é poder

conviver melhor com os filhos, que freqüentam a escola. João sonha, quem sabe, um dia trabalhar como soldador na exploração de petróleo (Petrobrás).

Sonhos e desejos motivados pela oportunidade de voltar à escola, no projeto Obra Aberta desenvolvido por uma empresa de construção civil (Instituto Habitusul) e seus parceiros. A iniciativa contempla a alfabetização de adultos e a continuidade dos estudos dos operários.

As aulas, que começam em março, buscam mudar os números da educação no Brasil, onde 14,6 milhões de pessoas, com 15 anos ou mais, são analfabetos. A Bahia, estado onde nasceram Hamilton e João, é a recordista nacional, com 1,96 milhão de adultos que não sabem ler e escrever.

SC tem o segundo lugar em alfabetização no Brasil

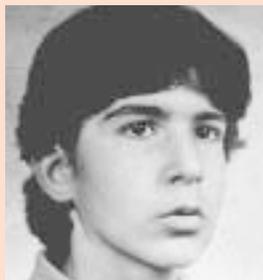
Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2006, classificaram Santa Catarina como o segundo estado mais alfabetizado do país, com 94,8% da população, atrás somente de Brasília.

Destaque no cenário nacional, o programa Santa Catarina Alfabetizada, da Secretaria de Estado da Educação, em parceria com o Ministério da Educação, recebeu em 2006 a Medalha Paulo Freire, como o melhor projeto de alfabetização do Brasil. “Nossa meta é erradicar o analfabetismo no estado até o ano de 2010”, declarou a Coordenadora de Alfabetização e Ampliação da

Aprendizagem, da Secretaria de Estado da Educação, Maria das Dores Ferreira.

Segundo ela, até o ano de 2007 foram alfabetizadas 60 mil pessoas com 15 anos ou mais e os números oficiais, de 225 mil analfabetos no estado, não demonstram a realidade. “Nossa meta de inscritos para as aulas que começaram em novembro era de alfabetizar 80 mil adultos, mas não tivemos mais que 10 mil inscritos”, justificou a coordenadora. A alfabetização de adultos é desenvolvida nas zonas rural e urbana, em até três turnos. As aulas são ministradas por bolsistas, que são remunerados pelo governo.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



PROJEÇÃO



Launor Baron Medeiros
Nascido em 11/02/1962
Desaparecido em 11/01/1978
Cidade: Santa Maria – RS



Graciane da Silva Bandeira
Nascida em 02/07/1988
Desaparecida em 10/10/2005
Cidade: Paçandu – PR



Taila Regina O. M. De Moraes
Nascido em 02/04/1991
Desaparecido em 02/04/2006
Cidade: São Paulo – SP



Viviane Cantalice Pêgo
Nascida em 08/09/1992
Desaparecida em 28/01/2006
Cidade: Suzano – SP

www.portaldaesperanca.org.br – portaldaesperanca@portaldaesperanca.org.br / (48) 9168-3898